

Trabalho de sexo e violência em Moçambique.

Relatório de avaliação de necessidades

hands OFF!  hands OFF!

 **Aids
Fonds**

Hands Off!

Reduzir a violência contra as trabalhadoras do sexo

O programa Hands Off! é voltado para a redução da violência contra as trabalhadoras do sexo na África Austral, por meio de actividades de prevenção, cuidados e apoio. A violência é um factor chave da vulnerabilidade ao HIV/SIDA das trabalhadoras do sexo. Isso leva ao uso inconsistente do preservativo e impede que as trabalhadoras do sexo tenham acesso ao valioso apoio jurídico e cuidados de saúde. O programa Hands Off! trabalha com grupos liderados por trabalhadoras do sexo, serviços de suporte legal, apoio e saúde, centros jurídicos e organizações não-governamentais (ONGs) nacionais e internacionais, que trabalham com direitos humanos.

Resultados de pesquisas sobre o trabalho de sexo e a violência na África Austral

Este relatório apresenta as principais conclusões de um estudo realizado em Moçambique, examinando a violência contra as trabalhadoras do sexo. Faz parte de um estudo regional do programa Hands Off!, na região da África Austral. A pesquisa foi desenhada pelas trabalhadoras do sexo e as organizações parceiras do consórcio Hands Off!. Trabalhadoras do sexo nos cinco países do programa – Botsuana, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zimbabué – participaram da implementação da pesquisa e da divulgação dos resultados. Regionalmente, a fase de pesquisa quantitativa implicou mais de 2.000 levantamentos conduzidos por 37 trabalhadores do sexo, treinados para entrevistar seus pares. Para a fase qualitativa do estudo, pesquisadores conduziram 125 entrevistas em profundidade semi-estruturadas e 40 Discussões em Grupos de Focais com as trabalhadoras do sexo. Tópicos incluídos: violência, redes sociais, atitudes da polícia, segurança e estratégias de diminuição de riscos.

Relatórios de países e fichas técnicas sobre o trabalho de sexo e a violência estão disponíveis para:

Botsuana
Moçambique
Namíbia
África do Sul
Zimbabué
África Austral (regional)

Instituições colaboradoras

Tiyane Vavasate e Pathfinder International
Vrije Universiteit, Amsterdão

Dezembro de 2016



Índice

Abreviaturas	4
Sumário executivo	5
1 Introdução	7
2 Métodos	9
Definição de violência	9
2.1 Métodos quantitativos	9
2.2 Métodos qualitativos	9
2.3 Amostra do estudo	10
2.4 Limitações do estudo	10
3 Contexto de Moçambique	12
3.1 Quadro jurídico	12
3.2 Contexto do trabalho de sexo em Moçambique	12
3.3 HIV e violência	12
3.3.1 HIV e trabalhadoras do sexo	12
3.3.2 Violência contra trabalhadoras do sexo	13
4 Violência contra trabalhadoras do sexo	15
4.1 Comunidade	15
4.1.1 Família, amigos e parceiros	15
4.1.2 Clientes	16
4.1.3 Outros trabalhadores do sexo	17
4.2 Papel dos agentes da lei	18
4.3 Saúde	20
4.3.1 Serviços de saúde	20
4.3.2 Organizações de apoio	20
5 Conclusão	22
5.1 Recomendações	22
Referências	24
Créditos e agradecimentos	25

Abreviaturas

DGF	Discussão em Grupos de Focais
HIV	Vírus de Imunodeficiência Humana
IBBS	Inquérito Integrado Biológico e Comportamental entre Mulheres Trabalhadoras de Sexo
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais
HSH	Homens que fazem sexo com homens
ITS	Infecções de Transmissão Sexual
ONG	Organização não-governamental
PRM	Polícia da República de Moçambique
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
TARV	Tratamento Anti-Retroviral
VU	Vrije Universiteit

Sumário executivo

Antecedentes

A violência é um factor chave da vulnerabilidade ao HIV/SIDA das trabalhadoras do sexo. A violência impede que as trabalhadoras do sexo tenham acesso a informações, apoio e serviços valiosos que ajudam a protegê-las do HIV/SIDA. Com o programa Hands Off!, a Aids Fonds (www.aidsfonds.nl/handsoff!) e seus parceiros¹ visam reduzir a violência contra as trabalhadoras do sexo na África Austral. O programa, uma resposta regional, oferece abordagem abrangente e conjunta ao trabalhar com trabalhadoras do sexo, a polícia, agentes da lei e prestadores de serviços em Botsuana, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zimbabué.

Métodos

Utilizou-se uma abordagem de pesquisa mista participativa baseada na comunidade (CBPR). Todos os parceiros, incluindo as trabalhadoras do sexo, contribuíram com o desenho e a implementação da pesquisa e das ferramentas. Tanto os componentes quantitativos como os qualitativos foram desenvolvidos em cooperação com a Vrije Universiteit (Universidade VU) em Amsterdão. Em Moçambique, cinco profissionais do sexo foram treinadas como assistentes de pesquisa, trabalhando ao lado de um cientista social especializado em métodos qualitativos. No total, realizaram-se 200 levantamentos, 12 entrevistas em profundidade e 10 Discussões em Grupos de Focais (DGFs) com 49 participantes. As participantes foram seleccionadas por meio de técnicas de amostragem de bola de neve, através da qual cada entrevistada convidou uma trabalhadora do sexo colega para participar da pesquisa.

Resultados

As trabalhadoras do sexo em Moçambique experimentam altos níveis e múltiplas formas de violência, que variam de estigma social, discriminação, abuso verbal e humilhação a espancamentos, estupro e roubo. Os principais autores são clientes e agentes da lei. Setenta por cento das trabalhadoras do sexo experimentaram violência no ano passado. O uso de drogas tem sido associado aos níveis mais elevados de violência.

O papel dos agentes da lei em relação às trabalhadoras do sexo em Moçambique é ambíguo. Os agentes da lei actuam como protectores das trabalhadoras do sexo, mas também podem ser autores da violência. Os agentes da lei estão envolvidos em violência física e sexual contra as trabalhadoras do sexo, e as privam de seu dinheiro de várias maneiras. Alguns fornecem protecção para as trabalhadoras do sexo, mas isso não é confiável e varia de acordo com o agente individual. Como resultado, muitas são relutantes em confiar na polícia e evitam relatar a violência ou procurar apoio legal. Curiosamente, observam-se melhores relações entre trabalhadoras do sexo e unidades de aplicação da lei, que foram sensibilizadas no sentido de engajar-se

efectivamente com as trabalhadoras do sexo. A relação entre as trabalhadoras do sexo e os profissionais da saúde pode ser problemática também. Muitos centros de cuidados de saúde caracterizam-se por um contexto de discriminação e estigma das trabalhadoras do sexo, o que dificulta a disponibilidade de acesso a serviços de prevenção e tratamento. Vinte e oito por cento das trabalhadoras do sexo eram HIV positivos ou não quiseram revelar seu status. daquelas que necessitavam de medicamentos anti-retrovirais, 13% receberam tratamento regular.

Conclusões

As trabalhadoras do sexo em Moçambique enfrentam níveis inaceitáveis de violência, estigma, discriminação e outras violações de direitos humanos, deixando-as consideravelmente mais vulneráveis ao HIV/AIDS. Para garantir a segurança e o bem-estar das trabalhadoras do sexo em Moçambique, é importante que o governo e as ONGs ofereçam apoio claramente articulado. Além disso, é necessário formar e sensibilizar os agentes da lei para garantir maior protecção e segurança para as trabalhadoras do sexo. Também é necessário um sistema de resposta rápida que funcione bem para ajudá-las em casos de violência.

¹ Os parceiros do programa Hands Off! são African Sex Worker Alliance (ASWA), BONELA, Sisonke Botsuana, Sisonke África do Sul, Sex workers Education and Advocacy Taskforce (SWEAT), Rights not Rescue Trust, Pathfinder, Tiyane Vavasate, Sexual Rights Centre, Women's Legal Centre, North Star Alliance e COC.

Introdução.

1. Introdução

A violência é um factor crítico da vulnerabilidade ao HIV/SIDA de trabalhadoras do sexo. Impede que as trabalhadoras do sexo tenham acesso a informações, apoio e serviços valiosos que podem ajudar a protegê-las do HIV/SIDA. Também as coloca em situações que as tornam mais vulneráveis ao VIH/SIDA. As estimativas de modelizações mostram que pode ser alcançada uma redução de quase 25 por cento em infecções de HIV entre trabalhadoras do sexo quando a violência física ou sexual é reduzida [1]. Uma revisão sistemática indicou uma correlação com o uso de violência e o uso do preservativo e a infecção pelo HIV. A evidência também mostra que a violência psíquica e sexual diminui o uso do preservativo e aumenta a infecção pelo HIV [2].

Numerosos estudos indicam um elevado nível de violência contra as trabalhadoras do sexo, e foram estabelecidas correlações entre leis que criminalizam o trabalho do sexo e o aumento da vulnerabilidade à violência [3]. As trabalhadoras do sexo experimentam a violência em diferentes formas e níveis. Varia de flagrante violência física e sexual, estigma social, discriminação, intimidação, coerção e assédio. Os autores são clientes, alcoviteiros e donos de bordel, mas também membros da família e da comunidade [4], [5]. Até a polícia está envolvida e em alguns casos até aumenta a violência, em vez de proteger as trabalhadoras. Assim, a violência contra as trabalhadoras do sexo não é só generalizada, mas legitimada e aceita por muitos [6].

Leis e políticas que criminalizam o trabalho do sexo deixam as trabalhadoras do sexo muito vulneráveis ao abuso sexual e físico. O trabalho de sexo é actualmente criminalizado na maior parte dos países da África Austral, através de leis nacionais e regulamentos municipais. A criminalização contribui para um ambiente no qual a violência é tolerada. A falta de protecção das trabalhadoras do sexo de rua e àquelas que trabalham em locais isolados geralmente é o resultado de leis e políticas anti prostituição. A criminalização do trabalho do sexo também significa que elas operam em condições insalubres e não regulamentadas.

Um estudo abrangente realizado por Decker et al. [7] revisando 800 estudos individuais fornece evidências da carga global e o impacto das violações dos direitos humanos contra as trabalhadoras do sexo no HIV. Os estudos revisados indicam que as taxas de homicídios são 17 vezes maiores do que àquelas que acontecem na população em geral. Os índices indicaram que 7-89 por cento das trabalhadoras do sexo sofreram violência sexual e 5-100% violência psíquica. Quatro a 75 por cento experimentaram detenção e prisão arbitrária, enquanto 7-80 por cento tiveram preservativos confiscados. 39-100 por cento das trabalhadoras do sexo relatam casos de impunidade ou a falta de investigar e denunciar a violência e ameaças por parte da polícia, destacando a importância de sensibilizar os agentes de polícia [7].

Através do programa Hands Off!, a Aids Fonds (www.aidsfonds.nl/handsoff!) e seus parceiros² visam reduzir a violência contra as trabalhadoras do sexo na África Austral. O programa oferece uma abordagem abrangente e conjunta ao trabalhar com trabalhadoras do sexo, polícia, agentes da lei e prestadores de serviços em Botsuana, Moçambique, Namíbia, África do Sul em Zimbabué. Hands Off! envolve a participação significativa de trabalhadoras do sexo e baseia-se nas necessidades e prioridades das trabalhadoras de sexo.

O programa tem como objectivo tornar as clínicas de saúde mais acessíveis às trabalhadoras do sexo e usar métodos de resposta rápida, comunitária³, e sistemas de protecção liderados pelas trabalhadoras do sexo, como estratégias de intervenção. A sensibilização da polícia é usada para trabalhar no sentido de uma polícia que respeite os direitos das trabalhadoras do sexo. Além disso, os parceiros do programa trabalham para melhorar o acesso das trabalhadoras do sexo à justiça, prestando serviços jurídicos e facilitando a reforma, trazendo casos legais ao tribunal. Hands Off! tem um componente forte de capacitação com foco nas trabalhadoras do sexo e organizações lideradas pelas trabalhadoras do sexo na região. Realiza actividades de lobby e advocacia sobre a reforma da lei, políticas e práticas que envolvem as trabalhadoras do sexo. Também efectua pesquisas para gerar evidências e conhecimentos sobre a eficácia das estratégias de intervenção implementadas.

Pela falta de dados confiáveis, é um desafio alcançar uma redução global da violência e uma prevenção do HIV. Muitas vezes, os dados e informações sobre violações dos direitos humanos das trabalhadoras do sexo são subestimados. Pela falta de documentação sistemática de violações dos direitos deste grupo alvo altamente móvel, é um desafio obter maior clareza sobre a extensão do problema. Além disso, muitas estratégias para reduzir a violência contra as trabalhadoras do sexo não foram formalmente pesquisadas e avaliadas [1]. Para ajudar a preencher esta lacuna, Hands Off! estudou as necessidades das trabalhadoras do sexo na África Austral, usando uma equipa de 11 pesquisadores, 37 trabalhadores do sexo treinados como assistentes de pesquisa e cinco coordenadores.

2 Os parceiros do programa Hands Off! são: African Sex Worker Alliance (ASWA), BONELA, Sisonke Botsuana, Sisonke África do Sul, Sex workers Education and Advocacy Taskforce (SWEAT), Rights not Rescue Trust, Pathfinder International, Tiyane Vavasate, Sexual Rights Centre, Women's Legal Centre, North Star Alliance e COC.

3 Rede de referência liderada pelas trabalhadoras do sexo para apoio médico, psicossocial e jurídico.

Métodos.

2. Métodos

Utilizou-se uma abordagem de pesquisa mista participativa baseada na comunidade (CBPR). Isto significa que todos os parceiros, incluindo as trabalhadoras do sexo, contribuíram para o desenho da pesquisa e das ferramentas, a selecção dos pesquisadores contratados, a colecta de dados e a elaboração dos resultados. Através do envolvimento das próprias trabalhadoras do sexo, o programa visou a reflectir as necessidades reais da comunidade das trabalhadoras do sexo.

A pesquisa tem dois componentes – um aspecto quantitativo e um aspecto qualitativo – e ambos trabalharam com consentimento informado. Durante a reunião inicial do programa Hands Off!, a equipa, os especialistas e as trabalhadoras do sexo de todos os países participantes desenvolveram a Teoria da Mudança e estabeleceram uma lista de tópicos a serem pesquisados. Com base nesta lista foram desenvolvidas as ferramentas qualitativas e quantitativas em cooperação com a Universidade VU em Amsterdão.

Definição de violência

Para efeitos deste relatório, a violência é categorizada e definida como:



Violência física: Qualquer uso deliberado de força física contra as trabalhadoras do sexo, com o potencial de causar danos. Isto inclui, mas não se restringe a bater com as mãos ou objectos, desferir pontapés e empurrar.



Violência sexual: Qualquer acto sexual, ou tentativa de obter um acto sexual, sem ter recebido consentimento. Isto inclui, mas não se restringe a estupro, tentativa de estupro, contactos sexuais não desejados e assédio sexual.



Violência emocional: Qualquer acto que diminui a sensação de identidade das trabalhadoras de sexo, bem como sua dignidade e auto-estima, incluindo ameaça, assédio, desvalorização e insultos. Isto inclui, mas não se restringe a discriminação.



Violência económica: Qualquer acto visando privar as trabalhadoras do sexo de seu dinheiro, incluindo, mas não restrito a exploração, roubo e clientes que não pagam os serviços das trabalhadoras do sexo.

2.1 Métodos quantitativos

O questionário de pesquisa foi criado seguindo princípios participativos. O questionário baseou-se na lista de tópicos estabelecida e levou em conta questionários existentes sobre tópicos relacionados com a violência. As propostas foram compartilhadas com especialistas e organizações parceiras nos cinco países participantes e discutidas entre as trabalhadoras do sexo nas Discussões em Grupo de Focais (DGFs) em cada país. O questionário final tinha 88 perguntas e uma duração aproximada de 1,5 hora, enfocando os seguintes temas: 1) aspectos do trabalho de sexo (como o local de trabalho, incentivos económicos, clientes, imigração e razões para entrar no trabalho do sexo), 2) rede social da violência, 3) violência e aplicação da lei, 4) estratégias de prevenção, redução de danos e redução de riscos, 5) saúde e serviços e 6) variáveis demográficas.

No total, 37 trabalhadores do sexo foram treinados como assistentes de pesquisa, com base na formação normalizada focando diferentes aspectos da administração do questionário. Em Moçambique, foram formadas cinco assistentes de pesquisa. Os seguintes tópicos foram parte do treinamento: 1) a violência como conceito, 2) diferentes métodos e ferramentas de pesquisa, 3) perguntas abertas versus perguntas fechadas, 4) o protocolo de pesquisa, 5) diferentes tipos de violência, 6) técnicas de mostragem, 7) efeito da atitude do entrevistador, 8) considerações éticas e referências. Havia muitas oportunidades de praticar usando a ferramenta no campo.

Através da amostragem de bola de neve, pela qual as entrevistadas convidaram trabalhadoras do sexo colegas para participarem do estudo, um total de 1.800 questionários foi administrado na região. Todos os questionários foram carregados em SPPS, um pacote de software para análise estatística. Em Moçambique, foram administrados 200 levantamentos.

2.2 Métodos qualitativos

Para a secção qualitativa, que consistia de DGFs e entrevistas em profundidade/histórias de vida, um cientista social local, com experiência em métodos qualitativos, foi contratado em cada país. A comunidade das trabalhadoras do sexo fez parte do processo de selecção para garantir uma relação aberta e de confiança. A entrevista em profundidade/história de vida e as DGFs foram agrupadas em torno de quatro temas centrais: 1) violência, 2) polícia, 3) redes sociais, e 4) estratégias de prevenção, redução de danos e mitigação de riscos. Todas as DGFs começaram com uma actividade de aquecimento, por exemplo, um exercício de desenho, para quebrar o gelo e garantir que cada DGF enfocasse especificamente um dos diferentes tópicos. Em Moçambique, foram realizadas

12 entrevistas em profundidade e 10 DGFs com quatro ou cinco participantes cada uma. No total, 49 participantes foram envolvidas nestas DGFs.

2.3 Amostra do estudo

Dentro da amostra de estudo (N=200), a idade média das trabalhadoras do sexo era de 21 anos (faixa de 18-52). A grande maioria das trabalhadoras do sexo na amostra (99,5%) era do sexo feminino, 0,5% por cento era transgénero. A maioria das trabalhadoras do sexo (82%) era originalmente de Maputo, 16 por cento de outra parte de Moçambique e dois por cento de outro país. A maioria das trabalhadoras do sexo na amostra era solteira (70%), 26 por cento estava numa relação, mas não casada, um por cento é actualmente casada, um por cento divorciada e dois por cento viúva. Quase todas as trabalhadoras do sexo nesta amostra têm filhos (91%), com uma média de dois.

A idade média com a qual as trabalhadoras do sexo começaram a trabalhar na indústria do sexo é de 31 anos (mínimo 17 e máximo 52). Entre as trabalhadoras do sexo na amostra, 21 anos é a idade mais comum para começar na indústria do sexo (modus) e a mediana também. As razões mais comuns para entrar no trabalho de sexo foram: necessidade de ganhar dinheiro (100%), procurar uma vida melhor (96%) e sua situação as obrigou (97%). Mais da metade do grupo revelou outras razões para começar: elas precisavam cuidar de seus filhos (79%), para seus estudos (64%), ou para apoiar seus pais (68%). Nove por cento foram forçadas a fazer trabalho de sexo e 1,5% indicou que o uso de drogas desempenhou um papel.

A maioria das trabalhadoras do sexo em Moçambique opera na rua (97%), um hotel (50%), um bar/taberna (34%) e um bordel (24%). Outros locais de trabalho que foram mencionados são: lugares de mercado (14%), paradas de caminhões (10%) e casinos (6%). Os dados mostram que as trabalhadoras do sexo trabalham em média a partir de três diferentes locais de trabalho. As trabalhadoras do sexo ficam em contacto com seus clientes através de seu telefone (92%) e Internet (9%).

Várias trabalhadoras do sexo (29%) tinham fontes adicionais de rendimentos: vendem roupas (12%), têm uma banca de alimentos ou bebidas (9%), trabalham no mercado (6%), como babá (3%), como empregada (2%), na limpeza (2%) ou num bar (1%).

2.4 Limitações do estudo

É importante notar que Moçambique é um país vasto, com diferenças regionais substanciais e que a colecta de dados ocorreu somente na capital, a cidade de Maputo. O sul de Moçambique (com seu ponto focal Maputo) é uma área privilegiada em termos de bem-estar e desenvolvimento e não é considerado representativo do resto do país. Olhando para as cifras de violência contra as trabalhadoras do sexo da Pesquisa Integrada Biológica e Comportamental (IBBS)

2011-12, é evidente que a violência é muito maior em Beira (região Central) ou Nampula (Norte) do que em Maputo [10]. É provável que, se a pesquisa Hands Off! fosse repetida fora da capital, as conclusões relativas à violência seriam significativamente maiores do que as apresentadas neste estudo.

**Contexto
do país.**

3. Contexto de Moçambique

3.1 Quadro jurídico

O trabalho de sexo não é criminalizado pela lei moçambicana. No entanto, a lei penaliza o que é visto como agressões à decência pública, por exemplo, ter sexo num espaço público ou vestir-se 'indecentemente'. O artigo 225 do Código Penal 2014/35 incentiva a interpretação conservadora do comportamento dos trabalhadores do sexo, como contra a decência e a moral pública.

A exploração sexual e o tráfico de seres humanos são proibidos por diversas leis:

- O **Código Penal 2014/35** (artigo 227) penaliza aquele que 'profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição'.
- A **Lei 2008/6 sobre Tráfico de Seres Humanos** proíbe recrutar ou facilitar a exploração dum(a) pessoa para fins de prostituição, trabalho forçado, escravidão ou servidão involuntária por dívida. O artigo 12 penaliza aquele que adoptar ou facilitar a adopção de pessoas com a intenção de envolvê-las na prostituição e o Artigo 20 descreve medidas gerais de protecção de testemunhas para as vítimas.
- A **Lei de Protecção dos Direitos da Criança 2008/7** (Artigo 63) proíbe a exploração de crianças na prostituição.

Em Moçambique, as relações entre pessoas do mesmo sexo foram descriminalizadas pela revisão do Código Penal de 2014. A sociedade moçambicana aceita apenas direitos limitados para LGBTI, resultando na maior vulnerabilidade de HSH e trabalhadores do sexo transgéneros [9].

A Lei do Direito à Livre Associação de 1991/8 observa que, para ser reconhecidas, as objectivos das associações e/ou organizações sem fins lucrativos têm que estar em conformidade com os princípios constitucionais morais, económicos e sociais do país (Art. 1 e Art. 18). Esses artigos afectam as associações oficiais de organizações que representam os trabalhadores do sexo LGBTI. Por exemplo, para respeitar estes princípios, as organizações lideradas por trabalhadores do sexo em Moçambique oficialmente apoiam 'mulheres vulneráveis', em vez de representar abertamente os trabalhadores do sexo.

3.2 Contexto do trabalho de sexo em Moçambique

Estimar o carácter e a magnitude do trabalho de sexo em Moçambique é um desafio. Os estudos disponíveis são escassos e muitas vezes, os estudos existentes concentram-se somente em aspectos de saúde e HIV/AIDS. Além disso, as

características sócio-demográficas das trabalhadoras do sexo são principalmente descritas em relação a áreas geográficas específicas, ao invés de Moçambique como um todo.

O IBBS estima que 27.285 trabalhadoras do sexo operavam nas três principais cidades de Moçambique [10]. Esta cifra é dividida entre Maputo (13.554), Nampula (6.929) e Beira (6.802). Outros estudos mostram que o trabalho de sexo também é comum ao longo dos principais corredores de transporte. Estes corredores atraem muitos motoristas de caminhões de longa distância, trabalhadores migrantes e viajantes e, como tal, proporcionam oportunidades significativas de trabalho para as profissionais do sexo e caminhos para o tráfico de seres humanos. Os corredores também atraem trabalhadoras do sexo migrantes, particularmente do Zimbabué [7], [8], [9], [11], [12].

A maioria das trabalhadoras do sexo em Moçambique tem menos de 29 anos [10]. O número de menores envolvidas no trabalho de sexo no país é alarmante, variando de 10% por cento de todas as pessoas vendendo sexo em Maputo, a 17% em Beira, e até 26% em Nampula. As menores são especialmente activas em cidades fronteiriças e ao longo das rotas chave de transporte [8].

O trabalho de sexo em Moçambique pode ser caracterizado como ocasional, com a maioria das mulheres a trabalhar alguns dias da semana e tendo relativamente poucos clientes (em média 7 no mês passado) [10], [11]. Os trabalhadores do sexo em Moçambique operam a partir de pontos de acesso, definidos por certas ruas e bairros, barracas (bancas de venda de álcool e outras bebidas), clubes, bares (strip-tease), restaurantes à beira das estradas, pensões e hotéis. Os profissionais do sexo que trabalham na rua, muitas vezes, realizam seus serviços nas chamadas esquinas. Estes são lugares guardados, tais como pátios, armazéns ou escritórios vazios, ou casas abandonadas, que, em troca dum(a) pequena taxa, podem ser usados pelos profissionais do sexo como local de trabalho [8], [15] [16], [17]. A maioria das profissionais do sexo em Moçambique trabalha independentemente, sem usar intermediários, embora existam chulos que funcionam como protectores e gerentes dos profissionais do sexo [8], [14], [15] [16].

Em Moçambique, existem duas organizações oficialmente reconhecidas, lideradas pelas trabalhadoras do sexo: a Tiyane Vavasate que opera na cidade de Maputo e a UnGaGodoli, recentemente estabelecida no subúrbio de Matola. Ambas as organizações focam seu trabalho principalmente na educação por pares sobre saúde, violência e direitos humanos.

4 Trabalhadores do sexo com menos de dezoito anos. Neste caso, trabalhadores do sexo femininos de menos de dezoito anos.

3.3 HIV e violência

3.3.1 HIV e trabalhadoras do sexo

Entre [2011 e 2012], a prevalência do HIV entre as trabalhadoras do sexo em Maputo foi estimada em 31 por cento, em Beira em 24 por cento, e em Nampula em 17 por cento. As taxas de prevalência entre as trabalhadoras do sexo são significativamente maiores do que entre a população feminina geral de Moçambique (12%) [10], mas comparáveis àquelas encontradas entre os trabalhadores do sexo femininos em outros países da África subsaariana. As taxas de prevalência do HIV entre as trabalhadoras do sexo em Moçambique têm sido associadas com o consumo excessivo de álcool e o uso limitado de preservativos [10]. Em 2013, 30 por cento das novas infecções por HIV anuais ocorreu dentro de redes de profissionais do sexo [20].

Estudos descrevem a má tradução dos conhecimentos de HIV na prática de prevenção, o uso altamente desigual e irregular de preservativos e a disponibilidade limitada de testes de HIV [8], [14]. No que diz respeito ao tratamento e cuidados do HIV, o estudo mostrou que apenas a metade das trabalhadoras do sexo HIV positivas recebeu um Tratamento Anti-Retroviral (TARV) em Maputo e Beira, enquanto até 72,7% dos profissionais do sexo em Nampula nunca tinha tomado TARV [10]. O IBBS [10] encontrou que aproximadamente dois terços das trabalhadoras do sexo não procuraram ajuda de qualquer profissional de saúde nos últimos seis meses. Daqueles que procuraram cuidados, 10 por cento experimentou dificuldades ao recebê-la. Presume-se que as trabalhadoras do sexo experimentam dificuldades particulares, já que os serviços não são especificamente adaptados a suas necessidades.

O Plano Estratégico Nacional de Resposta ao HIV e AIDS em Moçambique para 2015-2019 (PEN IV) [21], a Directriz sobre serviços HIV para a população chave do Ministério da Saúde [22], e o Plano de aceleração da resposta ao HIV e SIDA para 2013-2015 [23] reconhecem as trabalhadoras do sexo como população chave para uma resposta eficaz ao HIV. Apesar desses reconhecimentos oficiais, em 2014 apenas três por cento do financiamento nacional para o HIV foi designado para as trabalhadoras do sexo [24]. Nos últimos anos, os esforços nacionais para reduzir o HIV e AIDS entre as trabalhadoras do sexo só aumentaram ligeiramente. Por exemplo, em 2016, o Ministério da Saúde emitiu a Directriz para a integração dos serviços de prevenção, cuidados e tratamento em HIV e SIDA para a população chave no Sector da Saúde, fornecendo directrizes para melhorar o atendimento à população chave nas facilidades de saúde [22].

Além dos esforços governamentais de prevenção do HIV, há ONGs internacionais e nacionais que estão envolvidas na prevenção do HIV entre trabalhadoras do sexo. Estas incluem a Pathfinder International, a Médecins Sans Frontières, a FHI 360, a Fundação para o Desenvolvimento Comunitário, a AMODEFA (Associação Moçambicana Para o Desenvolvimento da Família), a Tiyane Vavasate e a UnGaGodoli. O IBBS de 2011-2012 sugere, no entanto, que os programas de prevenção do HIV destinados às trabalhadoras do sexo ainda não têm cobertura ampla. Por exemplo, menos de um quarto dos trabalhadores do sexo femininos nas

três áreas urbanas relatou ter tido algum contacto com um educador de par, nos seis meses anteriores à pesquisa [10].

3.3.2 Violência contra as trabalhadoras do sexo

Apenas um número limitado de estudos abordou a violência contra as profissionais do sexo em Moçambique. Porém, é claro que a violência contra as trabalhadoras do sexo ocorre frequentemente [8], [12]. Por exemplo, o IBBS [10] constatou que as trabalhadoras do sexo foram espancadas em Maputo (6%), Beira (16%) e Nampula (19%) nos seis meses precedentes à pesquisa. O IBBS mostra que as trabalhadoras do sexo foram estupradas ou forçadas a ter relações sexuais contra sua vontade: 4%, 12% e 15% em Maputo, Beira e Nampula, respectivamente. Há relatos de clientes que se recusam a pagar, ou levam as trabalhadoras do sexo para um local distante, as estupram e as deixam lá. Também foram relatados ataques e roubos na rua e, lutas entre trabalhadoras do sexo por causa de dinheiro [8], [17].

O IBBS suspeita que, na maioria dos casos de violência, as trabalhadoras do sexo não procuram cuidados de saúde. Algumas delas procuram serviços de saúde mas não recebem tratamento [10]. No que diz respeito à justiça e à protecção, a maioria das trabalhadoras do sexo é relutante em relatar incidentes à polícia ou ao Gabinete de Atendimento a família e crianças, [10].

Outra questão frequentemente levantada é a violência emocional enfrentada pelas trabalhadoras do sexo quando procuram os serviços de saúde. Elas vivenciam comumente a discriminação e o estigma nas instalações de cuidados de saúde; sobretudo pelas mulheres que trabalham lá, que as tratam mal [11]. As trabalhadoras do sexo mencionam discriminação, mas também gritos, espancamentos e expulsão do local pelos profissionais de saúde [14], [25].






Resultados.

4. Violência contra as trabalhadoras do sexo

O estudo Hands Off! revelou que 70% das trabalhadoras do sexo experimentaram violência nos últimos 12 meses. Em Moçambique, a violência assume diferentes formas e, é perpetrada por actores diferentes, o que significa que as trabalhadoras do sexo são regularmente expostas à violência emocional, física, sexual e económica.

Os trabalhadores do sexo transgéneros experimentam um duplo estigma e descrevem como as pessoas olham para eles, riam e os insultam. Eles também experimentam dificuldades em encontrar emprego. Alguns deles até se sentem forçados a vender sexo por causa da discriminação no mercado de trabalho.

Tipo de violência contra as trabalhadoras do sexo por autor, experimentado nos últimos doze meses

	 cliente	 polícia	 profissional de saúde	 comunidade	 outra trabalhadora do sexo
física	43%	18%	0%	3%	11%
sexual	45%	18%	0%	-	-
económica	49%	24%	-	-	20%
emocional	-	27%	26%	78%	-

4.1 A comunidade

In Mozambique sex work is embedded in a context of stigma and discrimination. The moral stance towards sex work is not supportive. This study revealed that the majority of sex workers (80%) experienced discrimination in the past 12 months. Another large proportion (78%) experienced being called names. Sex workers are confronted with emotional violence from the community on a regular basis. They are looked down upon, and denied access to various informal societal structures. Sex workers described how people driving past them shout and tell them to go home. People also try to humiliate them by telling them that sex work cannot be considered 'real work'.

“É difícil em Moçambique. Se você gosta de ter um emprego público, é impossível, porque você será discriminada. O que resta para nós, se quisermos sobreviver, é entrar no trabalho de sexo. Não existem muitos transgéneros aqui que têm trabalho normal. Além de LAMBDA [Associação de LGBTI] nenhuma outra organização nunca nos aceitaria. Então, nós temos que vender sexo, viu? Esta é a lei da vida.”

- Trabalhador do sexo transgénero

4.1.1 Família, amigos e parceiros

O estudo revelou que, nos últimos 12 meses, uma pequena proporção de trabalhadoras do sexo na amostra experimentou violência física (8%) e sexual (2%) por parte de membros da família e violência física (7%) e sexual (3%) por parte de amigos. Um número significativo relatou violência física (24%) e sexual (17%) por parte de seu parceiro íntimo.

Mais frequentemente, experimentam violência emocional da família e amigos. Devido ao estigma e à discriminação, muitas trabalhadoras do sexo são relutantes em falar abertamente de sua profissão com a família, amigos e parceiros. Essas trabalhadoras do sexo muitas vezes optam por levar uma vida dupla. Aquelas que confiam em outras pessoas são frequentemente confrontadas com desaprovação, mas muitas vezes também com aceitação, porque os membros da família geralmente dependem do rendimento do trabalho de sexo.

“Sou órfã e tenho sete irmãos, nosso relacionamento é bom. Eles não sabem o que eu faço e eu não quero que saibam. Realmente não quero isso. É meu segredo. Eu prefiro morrer do que eles descobrirem, porque é uma vergonha. É uma verdadeira vergonha. Se eles soubessem, por mais que eles gostem de mim, eles poderiam parar de gostar de mim. Eles não entenderiam que eu faço este trabalho.”

- Trabalhadora do sexo

4.1.2 Clientes

Os clientes são os principais perpetradores de violência contra as profissionais do sexo em Moçambique e eles maltratam as trabalhadoras do sexo de várias maneiras. O estudo revelou que as trabalhadoras do sexo experimentaram violência económica (49%), sexual (45%) e física (43%) por parte de clientes nos últimos 12 meses.

O estudo também revelou que quase a metade das trabalhadoras do sexo (49%) experimentou violência económica por clientes nos últimos 12 meses. São exemplos de violência económica: clientes que se recusam a pagar depois de fazer sexo, que pagam menos do que o preço acordado ou que exigem serviços extras sem intenção de pagar. Às vezes, os clientes inicialmente pagam às trabalhadoras do sexo, mas levam o dinheiro de volta pela força ou roubam o dinheiro ou pertences das trabalhadoras do sexo depois de fazer sexo.

“Ele me deu o dinheiro e fizemos sexo. Quando terminamos, ele pegou uma faca e exigiu o dinheiro de volta. Eu estava com medo e devolvi o dinheiro. 250 meticais [3 euro] não vale minha vida.”

- Trabalhadora do sexo

“Foi minha primeira noite a sair com um cliente. Ele era muito bem conhecido na Baixa, mas eu ainda não o conhecia. Como eu era um novo rosto, ele me escolheu naquela noite. Nós fomos primeiro para um banco para pegar dinheiro e ele colocou o dinheiro no carro. Quando entramos na Avenida 25 de Setembro, ele fechou as janelas e me disse para dar-lhe os mil meticais que eu tinha roubado dele. Fiquei muito surpresa e disse que não tinha roubado nada e que ele podia me revistar. Mas ele disse que os mil meticais tinham

desaparecido e que eu roubei o dinheiro dele. Eu lhe disse novamente que não tinha feito nada e ele começou a aumentar a velocidade do carro. Perdi a esperança de que eu continuaria viva naquele dia, pensei que fosse o dia em que Deus me tinha abandonado. Ele me levou para um bar e pediu bebidas. Mas eu não me sentia à vontade porque vi que não era um bom homem. Bebi com ele mas não me sentia bem. Eu já não tinha nenhuma esperança, só esperava que ele dormisse comigo sem pagar, que ele me deixasse pelo menos viver. Então fomos para o lugar que ele me tinha dito, uma pensão. Eu me senti um pouco mais segura, porque fomos atendidos na recepção e sabia que, se acontecesse alguma coisa comigo, pelo menos eles sabiam que duas pessoas tinham subido no quarto, então se apenas uma pessoa descesse, seria um mau sinal. Eu pedi para ir ao banheiro e contei ao rapaz que estava trabalhando lá que eu não conhecia o lugar, que parecia que meu cliente não era uma boa pessoa, e se ele ouvisse algo estranho no quarto, gritos ou algo assim, ele deveria vir e ajudar, porque me sentia muito insegura. Quando voltei para o quarto, o cliente me disse: ‘Eu não te darei o dinheiro. Você pode me denunciar se quiser, você é só uma puta, você se vende! Mesmo que você vá à polícia, não pode fazer nada, você é só uma puta!’ e assim por diante. Eu me calei, porque estava com medo. Ele fechou a porta e nós fizemos sexo, e então ele dormiu. Eu não conseguia dormir a noite toda, eu estava apenas esperando o sol aparecer para poder ir para casa. Quando ele acordou, me disse: ‘Você não roubou dinheiro de mim, eu só estava testando você, porque eu sei que todas as meninas na Baixa roubam’. Fiquei quieta e me vesti. Ele me deu o dinheiro, mais do que tínhamos combinado. Desde aquele dia tenho medo de ir embora com um cliente, é muito arriscado. Os clientes podem levar a gente longe e podem fazer qualquer coisa, insultar e maltratar a gente. Para evitar sofrer a mesma humilhação que sofri naquela noite, eu prefiro permanecer nas esquinas e ganhar menos dinheiro.”

- Trabalhadora do sexo

Em muitos casos, a violência sexual é acompanhada de violência física, incluindo força e espancamentos. Por exemplo, trabalhadoras do sexo explicaram que os clientes os levam para a praia ou uma floresta, os forçam a ter sexo e as deixam sem dinheiro para voltar. As trabalhadoras do sexo também relataram estupro em grupo e recordaram também histórias do passado de trabalhadoras do sexo assassinadas por clientes. A maioria dos casos de violência física e sexual é acompanhada de violência emocional: ‘Você não vale nada, é uma puta, ‘Eu vou te matar’, ‘Você é lixo’ e ‘Você não tem valor nenhum, sua vadia’ são expressões usadas por clientes para insultar as trabalhadoras do sexo.

Os trabalhadores do sexo transgéneros particularmente relataram violência por parte de clientes, surpreendidos com as partes masculinas do corpo. Embora alguns clientes aceitam e estão abertos a novas experiências, outros sentem-se traídos e podem tornar-se agressivos. Outros aceitam serviços de sexo, mas se recusam a pagar porque 'tinham combinado serviços com uma mulher e não com um homem'.

4.1.3 Outras trabalhadoras do sexo

Entre as trabalhadoras do sexo na amostra, 11% experimentaram violência física de seus pares nos últimos 12 meses. Especialmente na Baixa, uma área famosa por suas casas nocturnas, bares de striptease, ladrões e abuso de álcool, lutas físicas entre trabalhadoras do sexo são comuns. De acordo com as trabalhadoras do sexo, a violência entre elas é muitas vezes alimentada por sentimentos de competição e inveja.

Porém, a solidariedade entre as trabalhadoras do sexo em Moçambique é muito forte. Por exemplo, elas definiram preços mínimos para evitar a inflação como resultado da concorrência. E elas se apoiam em situações de conflito: estabelecendo grupos informais com um líder para ajudar a resolver desentendimentos ou brigas e para chamar a polícia quando for necessário.

“As meninas estamos unidas. Nós temos este acordo: se uma de nós está com problemas, vamos todas para ajudar. Apanhamos ele, uma de nós tira seus sapatos, outra sua camisa, o ameaçamos e o espancamos. O agarramos à força e o levamos para a delegacia. Mesmo se temos divergências, deixamos isso para trás quando precisamos ajudar uma à outra. Nós sabemos todas que amanhã poderia ser nós ali, em apuros.”

- Trabalhadora do sexo

Estratégias de prevenção e mitigação de riscos

O estudo mostrou que as trabalhadoras do sexo seleccionam seus clientes cuidadosamente para evitar a violência deles. Quase todas as trabalhadoras do sexo neste estudo (90%) indicaram que recusam determinados tipos de clientes. Os motivos incluem: não querer usar preservativo (84%), oferecer pagamento muito baixo (72%), não ser respeitoso (67%), ter preferências sexuais que a trabalhadora do sexo não gosta (66%), não gostar do cliente (62%), saber que é uma pessoa violenta (59%), não ter aspecto saudável (55%), conhecer o cliente (52%) e o cliente querer usar álcool ou drogas (51%). Para ajudar a seleccionar clientes, as trabalhadoras do sexo, às vezes, compartilham informações sobre clientes, por exemplo, se eles têm um carácter violento. Os trabalhadores do sexo transgéneros adoptam estratégias de prevenção adicionais e tentam informar aos clientes que são transgéneros, para evitar violência.

“ Não há nenhum lugar seguro. Qualquer coisa pode acontecer na rua. Pode ser fora numa discoteca, ou dentro. Ou num carro, ou numa ruela. Às vezes, não há nenhuma delegacia perto. As guardas não ajudam. Não podemos fazer nada, só orar a Deus. ”

- Participante numa Discussão em Grupo de Focais

Para tentar evitar a violência económica, as trabalhadoras do sexo negociam antes de prestar serviços, e sempre que possível recebem a taxa acordada antes de se envolver com o cliente. Após ter recebido o dinheiro, algumas trabalhadoras do sexo entregam seu dinheiro a um colega ou guarda de segurança. Isso é geralmente feito numa forma muito visível, para que o cliente veja que não tem sentido nenhum roubar o dinheiro. Outras trabalhadoras do sexo escondem seu dinheiro, por exemplo, em sua roupa íntima, cabelo e às vezes até envolto num preservativo em sua vagina.

Em teoria, as trabalhadoras do sexo também seleccionam cuidadosamente seu local de trabalho. Clubes, hotéis e pensões são vistos como locais mais seguros por causa da relativa segurança fornecida pelos empregados ou guardas. Porém, a segurança não é garantida nem ali. Por exemplo, os guardas nos hotéis e pensões muitas vezes não intervêm e tendem a se colocar do lado dos autores.

O que alimenta a violência?

Determinadas circunstâncias e condições de trabalho aumentam o risco de violência. Dados quantitativos mostram uma correlação entre o uso de drogas e a violência, e trabalhadoras do sexo que usam drogas ou que têm clientes que usam drogas estão sob maior risco de sofrer violência.

Nas Discussões em Grupo de Focais, as trabalhadoras do sexo também concordaram que quando estão bêbadas, elas perdem o controlo da situação e são alvo mais fácil para clientes agressivos. As trabalhadoras do sexo sentem que seu local de trabalho também pode ser um factor de risco, pois a violência é mais propensa a acontecer em certos bairros. 'Baixa' em Maputo é reconhecida como área onde 'qualquer coisa pode acontecer'.

Factor de risco



Uso de drogas

4.2 O papel dos agentes da lei

Em Maputo, 18% das trabalhadoras do sexo da amostra sofreram violência por parte da polícia nos últimos doze meses. Elas sofreram violência económica (24%), física (18%) e sexual (18%) por parte de agentes da lei. As trabalhadoras do sexo relataram que foram levadas por policiais para lugares remotos, estupradas por grupos e/ou que todos seus pertences foram levados. Os agentes da lei também fingem ser clientes mas exigem um preço mais baixo, ou pedem sexo de graça.

“Um policial me forçou a fazer sexo com ele e me infectou com uma ITS. Eles nos encarceraram numa cela e também nos bateram, e tivemos que dormir no chão. No dia seguinte, fizeram-nos limpar as celas e os banheiros. Disseram que o que estávamos fazendo era proibido, que não era legal e que não valíamos nada. Tivemos que pagar ou ter sexo com eles para sair. Algumas das meninas estavam encarceradas por um ou dois meses.”

- Trabalhadora do sexo

As trabalhadoras do sexo observaram que estão sendo impedidas de ganhar dinheiro por policiais que fazem pressão e ameaçam seus clientes. Nestes casos, a polícia entra no espaço de trabalho das trabalhadoras do sexo e pega o dinheiro dos clientes, que deveria ser dado a elas. Eles exigem os documentos dos clientes e ameaçam a informar suas esposas. Para evitar problemas, os clientes geralmente acompanham a polícia para um caixa electrónico de banco e pagam um suborno, deixando as trabalhadoras do sexo sem sua taxa. Os clientes ameaçados são relutantes a retornar e as mulheres vêem seu trabalho interrompido por assédio policial. Eles geralmente ocultam seus crachás e placas de carro para impedir que as trabalhadoras do sexo os denunciem.

“Os oficiais nos jogaram na piscina. Eles disseram: ‘Então você precisa de dinheiro? Olha se há peixe para vender no mercado!’ A água era gelada e nos jogaram com todas nossas roupas, bolsas e tudo.”

- Trabalhadora do sexo

“Uma vez, fui com um cliente para um parque de estacionamento, que é frequentemente utilizado por profissionais do sexo. Fizemos sexo no carro, ele disse que me pagaria depois, porque nós teríamos que trocar o dinheiro primeiro. Fizemos sexo de todas as formas possíveis. Era uma pessoa muito exigente, e como ele me pagaria bem, eu aceitei fazer todas as coisas que ele queria. Quando terminamos, pedi meu dinheiro. Ele disse que não me daria dinheiro porque ‘Você é uma trabalhadora do sexo, você é uma prostituta, você não merece o dinheiro, você não merece nada! Você não é nada e não merece ser paga! Você pode fazer uma denúncia se quiser!’ Ele puxou meu cabelo, tão forte que ficou em suas mãos. Eu estava gritando por socorro e ele continuou a dizer que me mataria e que não havia ninguém para me ajudar e que ele era um policial, mas que não tinha seu uniforme. Ele me mostrou seu distintivo. ‘Sua palavra não conta. As pessoas sempre acreditam num oficial de polícia em vez de numa prostituta. Entre nós dois, eles sempre acreditam em mim. Pode ir para a delegacia se quiser, a pessoa que atende será eu ou um colega e ninguém vai fazer nada por você lá!’”

- Participante na Discussão em Grupo de Foco

Em Moçambique, os guardas da polícia militar (FADM), os guardas presidenciais (Casa Militar) e as Unidades de Intervenção Rápida (UIR) particularmente maltratam as trabalhadoras do sexo. Muitas vezes, estes abusos são alimentados pelo uso de álcool e drogas.

“Os agentes da polícia militar bebem tentação ou não sei o que. Então, quatro ou cinco deles vêm para insultar e bater na gente, a atirar garrafas em nós, tudo isso. (...) Uma vez eu entrei com um deles, como cliente. Ele pegou seu distintivo e disse: ‘Olha, isso significa que sou militar, você está obrigada a dormir comigo.’ Ele rasgou minha roupa. Eu disse que queria dinheiro. Ele estava muito bêbado e começamos a lutar, eu queria me libertar e fugir. No final, eu fugi e fui para a base militar para explicar o que tinha acontecido. Os guardas na porta me mandaram embora. Disseram que já era tarde e eles não podiam resolver nada naquele momento.”

- Trabalhadora do sexo

Ao contrário de sua relação com a FADM, a Casa Militar e as UIR, as trabalhadoras do sexo indicaram que, nos últimos anos, seu contacto com a Polícia da República de Moçambique (PRM) melhorou um pouco em Maputo. As trabalhadoras do sexo se referem aos agentes da PRM como seus amigos e relatam principalmente experiências positivas e dizem que são tratadas respeitosamente. As trabalhadoras do sexo explicaram que a capacitação, incluindo a sensibilização dos policiais, contribuiu muito para a melhora.

“ Antes, até nossa própria polícia abusava de nós. Tínhamos que pagar dinheiro quando eles nos encontravam com um cliente. Se não tínhamos dinheiro, tínhamos que fazer sexo com eles. Essas coisas aconteceram o tempo todo. Mas já não acontecem. Hoje em dia, os chefes da polícia não aceitam mais isso. Os policiais agora só te tratam mal fora da delegacia, quando não levam seus crachás. ”

- Participante na Discussão em Grupo de Focais

Violência depois da detenção

Nos últimos 12 meses, 13% das trabalhadoras do sexo, em Moçambique, foram presas. Os motivos específicos da detenção foram: ser trabalhadora do sexo (20%), estar detida numa batida policial (17%), angariação de clientes na rua (13%), carregar um preservativo (6%) e roubar dum cliente (4%). Em média, as trabalhadoras do sexo foram presas uma vez, e na maioria dos casos, a detenção demorou quatro dias. Durante a detenção, 18% das trabalhadoras do sexo sofreram violência. Essa violência incluía sexo forçado (17%), espancamentos (12%), roubo de dinheiro ou preservativos (respectivamente 6% e 2%). Para evitar a detenção, 25% das trabalhadoras do sexo pagaram suborno e 16% fizeram sexo com um policial em troca de sua liberdade.

Procurar ajuda da polícia

Como mencionado anteriormente, as trabalhadoras do sexo em Moçambique têm relações relativamente boas com os agentes da PRM. Porém, a ajuda da polícia não é sempre confiável e varia dum policial para outro. Tendo em conta a corrupção generalizada, os agentes de polícia tendem para o lado de quem paga. Uma trabalhadora do sexo descreveu: Os clientes podem pagá-los, e nós não. Mesmo se você vai à polícia e sabe onde mora o cliente que abusou de você, eles ignoram a informação. O cliente paga à polícia e quando você volta, o caso já não existe mais.

Nos últimos 12 meses, 27% das trabalhadoras do sexo tinham enfrentado discriminação tentando ter acesso à ajuda da polícia. As trabalhadoras do sexo denunciavam discriminação na delegacia e dizem que são mandadas embora numa forma hostil e inútil.

O estudo mostra que 23% das trabalhadoras do sexo denunciaram um incidente à polícia. Embora a maioria delas (74%) ficou satisfeitas com o processo, as restantes 23% não ficou. Quase a metade (48%) dos casos foi investigado pela polícia. O resto ficou por resolver ou até desapareceu do sistema. Como resultado de práticas como estas, muitas trabalhadoras do sexo em Moçambique estão relutantes em denunciar algum caso e têm pouca fé que a polícia realmente as ajudará.

[Depois de ser ameaçada, roubada e estuprada por quatro homens] “eu não podia ir à polícia, porque eu faço este trabalho desprezível. Com este trabalho, ninguém te ajuda, ninguém presta atenção em você ou escuta o que você tem a dizer. Pensei em ir à polícia, mas eu sabia que eles me perguntariam onde conheci estes homens, e então teria que contar que era na rua, e a situação se tornaria difícil. Para eles eu não tenho direito de estar nas ruas e vender sexo. Mas eu não faço este trabalho porque quero ou gosto. A polícia não me ajudará. Há situações quando um cliente não quer pagar e você tem uma luta. Se você leva a pessoa à polícia, eles transformam a história e concordam com a pessoa que te roubou, não concordam com você porque você vende sexo. Nós não temos ninguém que nos defende nesta vida. Ninguém ajuda ou escuta a gente, ou ajuda para sair deste trabalho. Quando você leva a pessoa que não pagou para a polícia, em vez de prender essa pessoa, a polícia ameaça a pessoa que foi maltratada. Eles podem dizer que vão te prender, porque o que nós fazemos não é legal, nós não temos o direito de fazê-lo. O que acontece é que a pessoa que você levou para a polícia lhes paga e eles deixam ele ir embora. Eles te xingam, te insultam e te mandam embora. Não faz sentido.”

- Participante na Discussão em Grupo de Foco

4.3 Saúde

4.3.1 Serviços de saúde

Dentro do estudo, 28% das trabalhadoras do sexo eram HIV positivas, 66% indicaram que eram HIV negativas, 2% nunca fizeram teste e 4% preferiram não falar sobre o tema. Entre as trabalhadoras do sexo HIV positivas no estudo, 87% recebem tratamento regular.

Usam sempre preservativo, quando vendem sexo, 94% das trabalhadoras do sexo, revela o estudo. Elas reconheceram a importância de cuidar da própria saúde. Quase todas as trabalhadoras do sexo entrevistadas afirmaram que não aceitariam um cliente que não queira usar preservativo. Porém, elas indicaram que os preços oferecidos para fazer sexo sem preservativo são às vezes difíceis de recusar. As trabalhadoras do sexo aceitariam fazer sexo sem preservativo com 'bons amigos' e/ou clientes regulares.

As trabalhadoras do sexo nem sempre têm controlo sobre o uso do preservativo, já que os clientes podem tirar os preservativos intencionalmente durante o sexo ou danificar os preservativos sem percebê-lo. Também, em casos de estupro, as trabalhadoras do sexo têm um alto risco de contrair uma ITS.

Algumas trabalhadoras do sexo, segundo a amostra, têm acesso a serviços de saúde sem perceber nenhum problema. Outras, que temem a discriminação e as fofocas, podem ser relutantes em divulgar sua profissão para os profissionais de saúde. Muitas têm medo de que os profissionais de saúde as maltratem verbalmente e as julguem pelo trabalho que fazem.

“ Eu vou ver uma ginecologista, mas não digo nada a ela. Tenho vergonha. Tenho sérios problemas de saúde, mas ainda assim, tenho que fazer esse trabalho que faz mal para minha saúde. Às vezes ela me pergunta se faço aquilo ou aquilo, mas eu digo que não. Ela me dá medicamentos com os quais eu não devia ter sexo, mas se não tenho sexo, o que vou comer? Assim continuo a fazê-lo, e não lhe conto nada. ”

- Participante na Discussão em Grupo de Focais

Nos últimos 12 meses, 32% das trabalhadoras do sexo foram verbalmente abusadas ou julgadas por profissionais de saúde e 26% enfrentaram discriminação no acesso aos serviços de saúde. Os trabalhadores do sexo transgéneros experimentam crescente discriminação e maus-tratos nos centros de saúde. Eles relataram que seus nomes foram lidos em voz alta na sala de espera, de maneira que todos ouvissem que eles receberam um nome masculino de nascimento.

As trabalhadoras do sexo acreditam que a atitude dos profissionais de saúde com elas piorou recentemente. Os profissionais de saúde receberam sensibilização para lidar com as trabalhadoras do sexo como população chave e tratá-las de acordo. Nessa época, as trabalhadoras do sexo tinham acesso a psicólogos em clínicas de saúde e sua privacidade e direitos eram respeitados. Portanto, hoje os resultados destes processos de sensibilização estão a se esgotar e as trabalhadoras de sexo estão novamente relutantes em visitar clínicas de saúde.

4.3.2 Organizações de apoio

Embora algumas trabalhadoras do sexo no estudo fossem abordadas por ou tinham contacto com educadores pares da Tiyane Vavasate, a maioria delas não sabia da existência de organizações de apoio como estas. As trabalhadoras do sexo que estão em contacto com a Tiyane Vavasate recebem preservativos e conselhos sobre como lidar com assuntos relacionados à saúde e à violência.

“ O que nós queremos do governo é que nos ajude. Eles devem legalizar nosso trabalho e a sociedade entenderá. Aqui em Moçambique não é legal. Não é ilegal. Se o governo entendesse, não seríamos abusadas pela sociedade. Pode ser que nós não tenhamos ido à escola, mas precisamos de ajuda. Pedimos ajuda, nós realmente necessitamos ajuda. ”

- Participante na Discussão em Grupo de Focais

Conclusão.

5. Conclusão

As trabalhadoras do sexo em Moçambique, onde as actividades ligadas à prostituição são criminalizadas, enfrentam maior risco de violência e abusos por parte da polícia; a falta de acesso a cuidados de saúde e ao sistema judicial. Os principais autores são clientes e agentes da lei, mas as trabalhadoras do sexo também podem ser violentas entre elas. Os membros da família, amigos e pessoas da comunidade são especialmente susceptíveis de ser emocionalmente violentos com as trabalhadoras do sexo.

As trabalhadoras do sexo, neste estudo, experimentam várias formas de violência, variando desde discriminação e humilhação até espancamentos, estupro e roubo. Determinadas circunstâncias aumentam o nível da violência. Os resultados do estudo quantitativo mostram que o uso de drogas pelas trabalhadoras do sexo aumenta a chance de ser vítimas de violência.

Em geral, a relação entre os agentes da lei e as trabalhadoras do sexo é problemática. Muitos agentes da lei abusam de seu poder, interrompem e perturbam o trabalho das trabalhadoras do sexo e demandam subornos em troca de liberdade. Como resultado, muitas trabalhadoras do sexo não confiam na assistência policial e evitam denunciar violência ou procurar apoio judiciário. Curiosamente, observa-se uma melhora das relações entre as trabalhadoras do sexo e as unidades de aplicação da lei que foram sensibilizadas para engajar-se eficazmente com as trabalhadoras do sexo.

A relação entre as trabalhadoras do sexo e os profissionais da saúde também é problemática. Muitos centros de saúde funcionam num contexto social mais amplo de discriminação e estigma no que diz respeito às trabalhadoras do sexo, o que dificulta a disponibilidade das trabalhadoras do sexo para fazer uso dos serviços de tratamento e de prevenção.

Dentro deste contexto violento, as trabalhadoras do sexo têm várias estratégias para mitigar os riscos. Elas negociam as taxas antes de prestar os serviços e seleccionam cuidadosamente seus clientes e locais de trabalho. O dinheiro é escondido ou dado a outra trabalhadora do sexo para guardar.

5.1 Recomendações

O estudo tem três principais recomendações:

1. Apoio claramente articulado pelo governo e ONGs

Para reduzir o estigma e a discriminação, as trabalhadoras do sexo devem ter a possibilidade de levantar sua voz e defender seus direitos. Organizações governamentais, bem como ONGs e organizações lideradas por trabalhadoras do sexo, deveriam assumir a liderança no desenvolvimento de mecanismos para alcançar isso, promovendo os interesses das trabalhadoras do

sexo e apoiá-las. Além disso, deve ser elaborada legislação para proteger as trabalhadoras do sexo contra a violência. Presume-se que a regulamentação oficial leva à melhora da tolerância social para com os trabalhadores do sexo.

2. Capacitação e sensibilização dos agentes da lei

A capacitação e a sensibilização dos agentes da lei devem ser implementadas para proteger as trabalhadoras do sexo da violência e aumentar seu acesso à justiça. Muitas vezes, o comportamento para com as trabalhadoras do sexo é moldado por julgamentos morais e padrões pessoais. Para mudar as atitudes dos agentes da lei, é portanto fundamental sensibilizar e capacitá-los. Como os resultados do estudo mostraram que a sensibilização da polícia afecta positivamente as relações das trabalhadoras do sexo com as unidades policiais em Moçambique, recomenda-se estender essa capacitação para outras unidades de execução da lei. Para reduzir a violência contra as trabalhadoras do sexo, também é importante que os agentes da lei sejam mais responsáveis. Para reforçar a boa conduta, os agentes da lei precisam de uma forte liderança, melhoria dos salários e estabelecimento de balizas (normas/ regulamentos padronizados).

3. Desenvolver um sistema de resposta rápida que funcione bem para assistir em casos de violência

Para incentivar as trabalhadoras do sexo a ter acesso a cuidados de saúde após sofrer violência, é necessário estabelecer um sistema de resposta rápida que funcione bem para ajudar às trabalhadoras do sexo. Este sistema pode fornecer suporte imediato e/ou encaminhamento para ajuda médica, psicológica e jurídica e pode envolver educadores pares, organizações de assistência judicial e serviços de saúde, dentre outros.

Recomendação adicional

Além disso, como esta pesquisa estava focada na cidade de Maputo, recomendamos expandir o alcance do estudo e efectuar intervenções no restante de Moçambique, onde a realidade do trabalho de sexo é provavelmente muito diferente. Também é fundamental garantir a sustentabilidade das intervenções que têm como objectivo reduzir a violência contra as trabalhadoras do sexo. Se forem bem-sucedidos – o apoio comunitário e governamental às trabalhadoras do sexo, a sensibilização dos agentes da lei e dos profissionais de saúde –, a educação de pares e a criação e uso de sistemas de resposta rápida devem ser fornecidos como processo contínuo.

Referências.

Referências

- [1] OMS, "Addressing violence against sex workers." 2010.
- [2] K. Shannon, S. A. Strathdee, S. M. Goldenberg, P. Duff, P. Mwangi, M. Rusakova, S. Reza-Paul, J. Lau, K. Deering, M. R. Pickles, e M.-C. Boily, "Global epidemiology of HIV among female sex workers: Influence of structural determinants." *The Lancet*, vol. 385, no. 9962, pp. 55–71, 2014.
- [3] K. N. Deering, A. Amin, J. Shoveller, A. Nesbitt, C. Garcia-Moreno, P. Duff, E. Argento, e K. Shannon, "A systematic review of the correlates of violence against sex workers," *American Journal of Public Health*, vol. 104, no. 5. 2014.
- [4] S. Reza-Paul, R. Lorway, N. O'Brien, L. Lazarus, J. Jain, M. Bhagya, F. P. Mary, K. T. Venkumar, K. N. Raviprakash, J. Baer, e R. Steen, "Sex worker-led structural interventions in India: A case study on addressing violence in HIV prevention through the Ashodaya Samithi collective in Mysore." *Indian J. Med. Res.*, vol. 135, no. 1, pp. 98–106, 2012.
- [5] F. Scorgie, K. Vasey, E. Harper, M. Richter, P. Nare, S. Maseko, e M. F. Chersich, "Human rights abuses and collective resilience among sex workers in four African countries: A qualitative study." *Global Health*, vol. 9, no. 1, p. 33, 2013.
- [6] OMS, "Violence against sex workers and HIV prevention: *Violence against women and HIV/AIDS: Critical Intersections.*" 2000.
- [7] M. R. Decker, A.-L. Crago, S. K. H. Chu, S. G. Sherman, M. S. Seshu, K. Buthelezi, M. Dhaliwal, e C. Beyrer, "Human rights violations against sex workers: Burden and effect on HIV." *The Lancet*, vol. 385, no. 9963, pp. 186–199, 2014.
- [8] K. Selvester, "Case study. Vulnerability to HIV and AIDS. Sex Workers in Ressano Garcia and Namaacha Border Posts, and the Southern Transport Corridor in Inhambane Province, Mozambique." *FNUAP*, 2009.
- [9] US State Department "Mozambique 2015 Human Rights Report." [Internet] 2015. Available from: www.state.gov/documents/organization/252921.pdf
- [10] INS, CDC, UCSF, Pathfinder & I-TECH. "Final Report: The Integrated Biological and Behavioral Survey among Female Sex Workers, Mozambique 2011–2012." *UCSF*, 2013.
- [11] Y. Lafort, F. Lessitala, B. Candrinho, L. Greener, R. Greener, M. Beksinska, J. A. Smit, M. Chersich e W. Delva, "Barriers to HIV and sexual and reproductive health care for female sex workers in Tete, Mozambique: Results from a cross-sectional survey and focus group discussions." *BMC Public Health*, 16:608, 2016.
- [12] Y. Lafort, D. Geelhoed, L. Cumba, C. das Dores Mosse Lázaro, W. Delva, S. Luchters e M. Temmerman, "Reproductive health services for populations at high risk of HIV: Performance of a night clinic in Tete province, Mozambique." *BMC Health Services Research*, 10:144, 2010.
- [13] C. Inguane, R. Z. Horth, A. E. Miranda et al., "Socio-demographic, behavioral and health characteristics of underage female sex workers in Mozambique: The need to protect a generation from HIV risk." *AIDS and Behavior*, 19:2184-2193, 2015.
- [14] J. Langa, C. Sousa, M. Sidat, K. Kroeger, E. McLellan-Lemal et al., "HIV risk perception and behavior among sex workers in three major urban centers of Mozambique." *PLoS ONE*, 9(4): e 94838, 2014.
- [15] B.S. Muianga, "Risco e Saúde no contexto do HIV SIDA. O caso da prostituição na Baixa da cidade de Maputo." Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2009.
- [16] K. Selvester, D. Cambaco, V. Bié, A. Mndzebele, "Determinants of HIV in key hotspots on the southern transport corridor: Maputo to Swaziland." [Internet] 2012.
- [17] M. Ohnishi e E. Notião, "Reduction of health-related risks among female commercial sex workers: Learning from their life and working experiences." *Health Care for Women International*, 32:243-260, 2011.
- [18] Rosário Augusto et al., "High burden of HIV infection and risk behaviors among female sex workers in three main urban areas of Mozambique." *AIDS and Behavior*, 20(4):799-810, 2016.
- [19] UNAIDS, "HIV estimates with uncertainty bounds 1990-2015" [Internet] 2016. [cited 2016 Nov 1].
- [20] CNCS, UNAIDS, "Distribuição da incidência de infecções por HIV na população de 15 a 49 anos em Moçambique por modo de transmissão, 2013." 2013.
- [21] CNCS, "Plano Estratégico Nacional de Resposta ao HIV e SIDA 2015 – 2019." CNCS, 2015.
- [22] MISAU, Directriz para integração dos serviços de prevenção, cuidados e tratamento em HIV e SIDA para a população chave no Sector da Saúde 2016.
- [23] MISAU, "Plano de aceleração da resposta ao HIV e SIDA. Moçambique 2013-2015." 2013.
- [24] CNCS, UNAIDS, "National AIDS Spending Assessment (NASA) for the period 2014 in Mozambique. Level and flow of resources and expenditure for the national response to HIV and AIDS." 2016.
- [25] Y. Lafort, O. Jocitala, B. Candrinho, L. Greener, M. Beksinska, J. A. Smit, M. Chersich e W. Delva, "Are HIV and reproductive health services adapted to the needs of female sex workers? Results of a policy and situational analysis in Tete, Mozambique." *BMC Health Services Research*, 2016.

Créditos e agradecimentos

Sally Hendriks, pesquisadora líder e gerente do programa trabalho de sexo na Aids Fonds.

Saskia Rácz, consultora de saúde sexual e antropologista médica.

Pesquisa e coordenação

Assistentes de pesquisa: Rosa Dimas, Ivete Valente, Fátima Felizberto, Estrela, Júlia.

Supervisão acadêmica e apoio: Lorraine Nencel, Rui Cai e Ineke Nagel.

Coordenação: Naroesha Jagessar e Ingeborg van Beekum.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi conduzida por assistentes de pesquisa com financiamento através do programa Hands Off! (Aids Fonds), da embaixada dos Países Baixos em Maputo. Agradecemos a Tiyane Vavasate por nos apresentar para seus membros. Agradecemos a todas as trabalhadoras do sexo envolvidas neste estudo por concordar em participar e generosamente compartilhar suas experiências.

Tradução

Elvira Willems

Desenho gráfico

De Handlangers, Utrecht (relatório)

Gaafisch, Amesterdão (ícones)

Publicado

Dezembro 2016

Copyright © Aids Fonds

hands OFF! ☂ hands OFF! ☂

